AUTORIDADE
DA MOBILIDADE
E DOS TRANSPORTES

PROCEDIMENTO N.º P8/AMT/2020

AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE BENS
COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

CADERNO DE ENCARGOS

AUTORIDADE
DA MOBILIDADE
E DOS TRANSPORTES

ÍNDICE

I – CLAÚSULAS JURÍDICAS

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES
2. CLAÚSULAS PELAS QUAIS SE REGE O CONTRATO
3. REGRAS DE PREVALÊNCIA E DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM O CONTRATO
4. PREÇO BASE
5. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO
6. FATURAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO
7. REVISÃO DE PREÇOS
8. ADIANTAMENTOS
9. CAUÇÃO
10. PRAZO DE EXCECUÇÃO
11. SANÇÕES
12. PUBLICIDADE
13. CONFIDENCIALIDADE
14. RESPONSABILIDADE
15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO
16. RESOLUÇÃO
17. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR
18. CESSÃO
19. SUBCONTRATAÇÃO
20. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
21. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES
22. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
23. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
24. DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E DE INFORMAÇÃO
25. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

II - CLAÚSULAS TÉCNICAS

26. ENQUADRAMENTO DA AQUISIÇÃO DE BENS

27. OBJETIVOS A CONCRETIZAR

28. FUNCIONALIDADES E REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DOS CARTÕES

29. NÍVEIS DE SERVIÇO

30. RELATÓRIOS DE MONITORIZAÇÃO

31. ALTERAÇÃO DA FROTA DA AMT

AUTORIDADE
DA MOBILIDADE
E DOS TRANSPORTES

I - CLAÚSULAS JURÍDICAS

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

1.1. Entidade Adjudicante: Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), pessoa coletiva de direito público 513 637 257, com sede no Palácio Coimbra, Rua de Santa Apolónia, n.º 53, 1100-468 Lisboa.

1.2. Adjudicatário: a quem é adjudicada a proposta.

2. CLAÚSULAS PELAS QUAIS SE REGE O CONTRATO

Na execução do objeto contratual, observar-se-ão:

a) As claúsulas do contrato a celebrar, considerando-se também integrados no mesmo: (i) os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que expressamente aceites pela AMT, (ii) os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos, (iii) o presente caderno de encargos, (iv) a proposta adjudicada e (v) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

b) O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), na sua redação atual;

c) Os demais diplomas legais e regulamentares que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato a celebrar, os quais serão considerados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

3. REGRAS DE PREVALÊNCIA E DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM O CONTRATO

3.1. As situações de divergências entre os vários documentos que fazem parte integrante do contrato a celebrar seguem estritamente as regras que constam dos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP.

3.2. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o adjudicatário deverá:

a) Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à AMT e aceitar as decisões que esta tomar;

b) Se as dúvidas ocorrerem após o início da vigência do contrato a celebrar, o adjudicatário deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.

3.3. A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número precedente torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

4. PREÇO BASE

4.1. O preço base é de 18.900,00 € (dezoito mil, e novecentos euros), acrescido de IVA à taxa legal aplicável.

4.2. No caso de a proposta apresentar um preço contratual superior ao preço base será imediatamente excluída, nos termos da alínea d) do n. º 2 do artigo 70.º do CCP.

4.3. O preço base inclui todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

5. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

O adjudicatário obriga-se a executar pelos preços definidos no contrato a celebrar, do qual a sua proposta fará parte integrante, todas as componentes constantes deste caderno de encargos, competindo-lhe ainda fornecer os bens e efetuar os serviços/trabalhos subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução, sem direito a quaisquer remunerações suplementares, cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela AMT ou pelo(s) seu(s) representante(s), sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

6. FATURAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. A faturação deverá ser emitida mensalmente e calculados os valores com base nos

bens de consumo fornecidos no mês a que reporte.

6.2. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de 60 (trinta) dias de calendário, a contar da data de entrada de cada fatura na AMT, desde que a mesma tenha tido a aprovação da AMT.

6.3. Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela AMT, porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias de calendário, o qual deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

7. REVISÃO DE PREÇOS

Não haverá lugar à revisão de preços.

8. ADIANTAMENTOS

No âmbito do contrato a celebrar não haverá lugar a adiantamentos.

9. CAUÇÃO

Não haverá lugar à prestação de caução, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO

O contrato a celebrar terá um prazo de vigência máximo de 18 (dezoito) meses, o qual se inicia na data da sua assinatura e termina findo esse prazo ou esgotado o preço contratual, consoante o evento que ocorrer em primeiro lugar

11. SANÇÕES

11.1. Se o adjudicatário ou os seus agentes, de sua iniciativa não previamente autorizada pela AMT ou os seus agentes, atuarem de modo a que permita a terceiros exigir uma indemnização à AMT, deverá o adjudicatário indemnizar a AMT por todos os prejuízos sofridos.

11.2. Se o adjudicatário não cumprir qualquer um dos prazos estabelecidos para a execução

contratual, ficará sujeito à sanção por incumprimento de 1% (um por cento) do preço contratual por cada dia de atraso até à data efetiva do cumprimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

11.3. As demais regras aplicáveis às sanções contratuais, seguem a disciplina dos n.ºs 2 a 4 do artigo 329.º do CCP.

11.4. A aplicação de sanções contratuais será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

11.5. A cobrança das eventuais sanções em que o adjudicatário incorra, será efetuada, a critério da AMT, designadamente por desconto no pagamento subsequente à verificação do facto que tenha dado origem à penalidade, ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.

12. PUBLICIDADE

O adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade, sem a prévia autorização da AMT.

13. CONFIDENCIALIDADE

O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato a celebrar, incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo.

14. RESPONSABILIDADE

14.1. O adjudicatário assume integral responsabilidade pelo objeto do contrato a celebrar, sendo o único responsável perante a AMT pela sua boa execução, com observância do disposto na cláusula 19. – Subcontratação.

14.2. As ações de supervisão e controlo da AMT, ou de qualquer dos seus representantes ou órgãos sociais, em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do adjudicatário no que se refere à sua execução contratual.

15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

O contrato a celebrar pode ser objeto de modificação, de acordo com as regras constantes dos artigos 311.º a 315.º do CCP.

16. RESOLUÇÃO

Em caso de resolução contratual, quer por parte do adjudicatário, quer por parte da AMT, aquela será regulada pela disciplina constante dos artigos 325.º a 329.º, 332.º a 335.º e 448.º e 449.º do CCP, respetivamente.

17. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que as partes em colaboração procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder, não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

17.2. Em caso fortuito ou de força maior que impeça o fornecimento dos bens por parte do adjudicatário, a AMT poderá recorrer a terceiros para a execução das prestações em causa, pelo tempo correspondente ao impedimento.

18. CESSÃO

O adjudicatário não poderá transmitir quaisquer direitos ou obrigações emergentes do contrato a terceiros, sem prévia autorização, por escrito, da AMT, nos termos do disposto nos artigos 317.º e 318.º, ambos do CCP.

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1. A responsabilidade pela execução das prestações que compõem o objeto contratual, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário e só dele, salvo no caso de cessão da posição contratual devidamente autorizada.

19.2. Caso o adjudicatário pretenda realizar qualquer parte da execução contratual por recurso a subcontratação, deverá requerer previamente a competente autorização da AMT, seguindo-se o regime e tramitação previstos nos artigos 318.º a 321.º-A do CCP.

19.3. A AMT poderá recusar a subcontratação com os fundamentos previstos no artigo 320.º do CCP.

20. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

20.1. Serão inteiramente por conta do adjudicatário, os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução do contrato a celebrar, de *hardware*, de *software* ou de outros a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

20.2. Se a AMT vier a ser demandada por ter sido infringido, na execução contratual, qualquer dos direitos mencionados em 20.1, o adjudicatário responderá nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

20.3. Nos termos e para os efeitos legais vigentes, todo e qualquer serviço executado no âmbito do objeto do contrato a celebrar, será considerado propriedade da AMT.

21. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

O adjudicatário declara sob compromisso de honra que:

21.1. Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da AMT ou detém quaisquer participações sociais ou interesses nas mesmas, nos termos e para os efeitos das alíneas b) e c), do n.º 1, do artigo 19.º, por remissão do n.º 5, do artigo 32.º, ambos da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.

21.2. Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com outras entidades cuja atividade possa colidir com as atribuições e competências da AMT, nos termos e para os efeitos das alíneas b) e c), do n.º 1, do artigo 19.º, por remissão do n.º 5, do artigo 32.º, ambos da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.

21.3. Se ao longo da vigência contratual vier a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos acima indicados, o adjudicatário compromete-se a informar a AMT desse facto e a tomar as medidas necessárias para a sua superação.

22. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

22.1. Em virtude da celebração do contrato a celebrar, a AMT poderá ter necessidade de

disponibilizar ao adjudicatário o acesso a ficheiros contendo dados pessoais, apenas na estrita medida em que tal se mostre necessário à execução do objeto contratual, não tendo o presente contrato por objeto o processamento de dados pessoais.

22.2. Na situação referida no ponto 1 da presente cláusula, o adjudicatário obriga-se a:

a) Cumprir integralmente o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (doravante designado de RGPD) e demais legislação aplicável em matéria de segurança e tratamento de dados pessoais;

b) Não utilizar os dados pessoais cujo acesso lhe esteja confiado para outras finalidades que não aquelas que clara e explicitamente se encontram identificadas nas claúsulas técnicas do presente caderno de encargos;

c) Cumprir e garantir o dever de sigilo profissional relativamente aos dados pessoais a que possa vir ter acesso, não se encontrando autorizado a copiar, na totalidade ou em parte, a alterar o seu conteúdo e/ou a comunicá-los a terceiros mesmo após o termo da vigência do contrato a celebrar;

d) Garantir que o acesso aos dados pessoais é limitado apenas aos seus colaboradores que, conforme a necessidade, dele necessitam, os quais se comprometem expressamente e por escrito, a garantir a confidencialidade e a cumprir as medidas de segurança implementadas, nos precisos termos aque o adjudicatário se encontra obrigado e a demonstrar o cumprimento dessa obrigação, caso seja solicitado pela AMT;

e) Tratar os dados pessoais de forma a garantir a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito, contra a sua perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizados e destruição ou danificação acidental ou ilícita, adotando as medidas técnicas e organizativas necessárias;

f) Notificar a AMT, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ter tido conhecimento de uma violação de dados pessoais, devendo esta notificação conter, pelo menos, a descrição da natureza da violação ocorrida, a descrição das medidas adotadas e as propostas para reparar a violação de dados pessoais e a descrição das consequências prováveis da violação de dados pessoais.

22.3. Está vedada ao adjudicatário a subcontratação a uma entidade terceira para cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar, salvo autorização da AMT, nos termos da cláusula 19 – Subcontratação.

22.4. O adjudicatário declara, desde já, que implementou todas as medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a que o tratamento dos dados cumpra os requisitos específicos em matéria de dados pessoais, nomeadamente no que se refere à segurança do tratamento e à confidencialidade dos dados, assegurando a defesa dos direitos dos seus titulares, no estrito cumprimento e respeito pelos princípios relativos ao tratamento de dados pessoais decorrentes do RGPD.

23. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos à execução do objeto do contrato a celebrar será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.

24. DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E DE INFORMAÇÃO

24.1. As Partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca das informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

24.2. O adjudicatário obriga-se perante a AMT a cumprir todas as prestações que resultem da proposta adjudicada, observando as exigências do caderno de encargos.

24.3. O adjudicatário obriga-se a realizar todas as atividades solicitadas pela AMT e abrangidas pelo objeto do contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa.

25. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

As notificações e as comunicações serão efetuadas ao longo da vigência contratual de acordo com o regime previsto no CCP.

II - CLAÚSULAS TÉCNICAS

26. ENQUADRAMENTO DA AQUISIÇÃO DE BENS

O presente caderno de encargos tem por objeto o fornecimento de combustível rodoviário, da frota automóvel da AMT, em postos de abastecimento públicos.

27. OBJETIVOS A CONCRETIZAR

O adjudicatário garante que as viaturas da AMT podem abastecer-se a crédito em todos os postos de abastecimento público integrados na sua rede nacional através da apresentação de um cartão eletrónico emitido para o efeito.

28. FUNCIONALIDADES E REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DOS CARTÕES

No âmbito do presente caderno de encargos, o adjudicatário terá de fornecer, gratuitamente, cartões eletrónicos, cujos requisitos e funcionalidades são os seguintes:

a) Associação a uma viatura, através da identificação pela matrícula;
b) Associação à AMT através da identificação pela designação da mesma e por código unívoco que permita a sua identificação;
c) Associação a um contrato;
d) Ter obrigatoriamente número e um código secreto (PIN);
e) Possibilidade de fixar um limite de abastecimento em valor;
f) Possibilidade de limitar a um ou mais tipos de combustíveis;
g) Obrigatoriedade de registo da quilometragem no momento do abastecimento;
h) Contabilização do número de quilómetros entre abastecimentos;
i) Registo dos consumos, com os seguintes dados:
  i. Data, hora e local (posto, localidade) do abastecimento;
  ii. Identificação do produto e da quantidade abastecida;
  iii. Preço por litro praticado no local de abastecimento;
  iv. Preço de venda ao público praticado no momento do abastecimento.
j) Possibilidade de inibição de um cartão;
k) Possibilidade de associar ao cartão os seguintes serviços:

i. Via verde, com pagamento de portagens e de estacionamento;

ii. Lavagem de viaturas.

l) Emissão gratuita de um cartão para a AMT - cartão empresa -, contendo apenas a designação da mesma, sem associação a qualquer matrícula, podendo ser usado em qualquer viatura, com os requisitos e funcionalidades anteriormente previstos, com exceção das alíneas a) e g);

m) Possibilidade de extração de informação para um formato de ficheiro XML ou compatível com folhas de cálculo;

n) Os cartões devem ser emitidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do envio da requisição para o efeito.

29. NÍVEIS DE SERVIÇO

29.1. A AMT comunicará ao adjudicatário, o mais rápido possível, qualquer anomalia resultante do abastecimento dos produtos.

29.2. Quando a anomalia for imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a suportar os custos inerentes à reposição das condições de utilização do(s) veículo(s) anteriores à ocorrência da anomalia.

29.3. Para além dos custos referidos no número anterior, pode ser exigido ao adjudicatário uma indemnização pelos custos incorridos e prejuízos causados a pessoas, bens ou pela inoperacionalidade do veículo.

29.4. O adjudicatário deverá disponibilizar os serviços de um CAT para reporte de anomalias resultantes do abastecimento, esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, solicitação de apoio técnico, durante os dias úteis, no período compreendido entre as 09h00 e as 18h00, devendo assegurar:

a) Contactos telefónicos específicos (por assunto);

b) Um endereço de correio eletrónico;

c) O registo, com um identificador único, de qualquer ocorrência comunicada ao CAT, devendo as mesmas constar nos relatórios de níveis de serviço previstos na cláusula quinta do presente caderno de encargos.

29.5. O adjudicatário está obrigado, com a periodicidade e formato definido, a apresentar os relatórios de gestão acordados, nos termos da cláusula quinta do presente caderno de encargos.

30. RELATÓRIOS DE MONITORIZAÇÃO

30.1. Fica o adjudicatário obrigado ao envio mensal à AMT relatórios de faturação.

30.2. O não envio dos relatórios de faturação, ou a existência de erros nos mesmo que não permitam a monitorização da faturação, tem um efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida até à regularização da situação em causa.

30.3. Para efeitos do número anterior a AMT notifica previamente o adjudicatário para, num prazo não superior a 5 (cinco) dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação em falta no relatório enviado.

30.4. Os relatórios de faturação, a que se refere o número anterior, da presente cláusula devem acompanhar as faturas emitidas mensalmente e devem conter a seguinte informação:

- **a)** Identificação do número do contrato;
- **b)** Identificação da AMT;
- **c)** Identificação do número do cartão;
- **d)** Identificação do veículo;
- **e)** Localização do posto de abastecimento;
- **f)** Data e hora do abastecimento;
- **g)** Identificação do produto abastecido e respetivas quantidades;
- **h)** Quilometragem no momento de abastecimento;
- **i)** Número de quilómetros entre abastecimentos;
- **j)** Identificação de possíveis irregularidades no abastecimento.

30.5. Considera-se não apresentação definitiva dos relatórios de faturação o seu não envio para além de 60 (sessenta) dias, a contar do prazo previsto no ponto 5.3. supra.

30.6. Os relatórios referidos no número anterior devem ser fornecidos em formato eletrónico apropriado, a definir pela AMT.

30.7. O adjudicatário deverá também disponibilizar informação *on-line* relativa aos consumos verificados, sem quaisquer encargos adicionais.

31. ALTERAÇÃO DA FROTA DA AMT

31.1. No âmbito da execução do contrato poderão ocorrer alterações do número de veículos da AMT.

31.2. Ocorrendo as alterações referidas no número anterior, as mesmas deverão ser comunicadas ao adjudicatário, que procederá à emissão/cancelamento de cartões eletrónicos.